

ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO REAÇÃO AO CAPITAL

Rodolfo Santos de Miranda*

RESUMO — *A sociedade brasileira atual é marcada por conflitos e tensões, em que os sujeitos coletivos com interesses antagônicos disputam junto ao governo a implementação e desenvolvimento de diferentes projetos de sociedade. Assim, numa perspectiva gramsciana, esse trabalho analisa a relação conflituosa entre Estado e movimentos sociais do campo no Brasil, apontando a proposta de educação do campo como uma reação às forças do capital. A partir de análise bibliográfica, percebeu-se como o governo tem se colocado em defesa da expansão do agronegócio no Brasil e que os movimentos sociais do campo criam a concepção de educação do campo como um instrumento de fortalecimento da luta pela reforma agrária, questionando a expansão do capital no campo, buscando efetivar suas propostas por meio de políticas públicas.*

PALAVRAS-CHAVE: *Estado, movimentos sociais do campo, educação do campo.*

1 - INTRODUÇÃO

Na disputa por poder hegemônico em nossa sociedade, grupos sociais antagônicos lutam por espaços buscando legitimar e consolidar seus interesses. Nesse contexto, existe o grupo social que detém o poder de forma hegemônica e os demais grupos que se dividem entre os que legitimam o poder dominante e os que o questionam.

Lugar privilegiado de disputas e embates, o Estado, por meio de suas instituições, cria políticas públicas no intuito de se pôr em ação (AZEVEDO, 1997). Além disso, as agências governamentais também são grandes responsáveis por implementar e desenvolver as políticas criadas pelo Estado.

* Mestrando em Educação. PPGE – Mestrado Acadêmico. Universidade Estadual de Feira de Santana. rodolfo_tucano@yahoo.com.br.

Palumbo (1989, p. 41) afirma que o estudo de políticas públicas auxilia a compreensão “do governo como um processo de interações complexas entre uma variedade de organizações, tanto públicas quanto privadas”. Assim, a criação de políticas públicas não ocorre de forma harmoniosa, existindo um jogo de interesses que permeia todo o processo, desde as propostas que fundam determinada política, até a forma como ela vai ser ou não implementada. Esses interesses nem sempre são conciliáveis, gerando conflitos e disputas.

Dessa maneira, inúmeros sujeitos coletivos da sociedade civil são os protagonistas dessas tensões, buscando no Estado o meio de implementar propostas específicas, que se relacionam com determinada concepção de sociedade defendida por eles. Segundo Fontes (2006), numa perspectiva gramsciana,

(...) sociedade civil é duplo espaço de luta de classes, intra e entre as classes, por meio de organizações nas quais se formulam e moldam as vontades e a partir das quais as formas de dominação se irradiam também como convencimento (FONTES, 2006, p. 212).

Dessa forma, entre esses sujeitos coletivos da sociedade civil, destacamos os movimentos sociais do campo no Brasil, que apresentam um projeto específico para o campo, de educação e de sociedade, buscando efetivá-lo através de políticas públicas. Essas propostas encontram opositores que analisam o campo como um meio de reprodução do capital, buscando ampliar os lucros de grandes empresas rurais.

Assim, um cenário de conflito é montado por grupos antagônicos em que as políticas públicas tornam-se uma das metas, tendo o Estado como palco dessa querela. Nesse sentido, a educação tornou-se uma das grandes bandeiras dos movimentos sociais do campo nas últimas décadas, tendo as políticas como alvo, no intuito de se apropriarem “dos instrumentos públicos como condição de elevação de sua capacidade de intervenção na sociedade” (SANTOS, 2010, p. 325). Essa bandeira está fincada na luta pela reforma agrária popular no Brasil, analisada

como meio de fortalecer a disputa pela terra. Dessa maneira, os movimentos sociais do campo criam uma concepção própria de educação – a educação do campo –, que, relacionada à demanda da reforma agrária, se opõe às forças do capital, que, hegemonicamente, é desenvolvida e defendida pelo governo.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação conflituosa entre Estado e movimentos sociais do campo, percebendo a concepção de educação do campo como reação às forças do capital. Nesse percurso, será apresentada a concepção de “Estado Ampliado” gramsciana, no intuito de definir o cenário onde o conflito aqui analisado é encenado. Em seguida, serão caracterizados os movimentos sociais do campo e sua concepção de educação, que se contrapõe ao que hegemonicamente é proposto para o camponês. Por fim, a partir da tensão entre Estado e movimentos sociais do campo, serão apontadas possíveis relações entre esses sujeitos coletivos e a noção de partido político em Gramsci. Para essa discussão serão utilizados autores como Gramsci (1989, 2007), Coutinho (2006), Ribeiro (2010), Gohn (2005, 2013), Munarim (2008), Caldart (2004), dentre outros.

2 - A NOÇÃO DE ESTADO AMPLIADO: LÓCUS DE DISPUTA POR HEGEMONIA

Na perspectiva gramsciana, a hegemonia é a supremacia de uma concepção de mundo sobre as demais. Essa supremacia é muito mais do que a dominação de uma classe sobre a outra, é o resultado articulatório entre força e consenso. É a dirigência de uma classe, pautada na primazia do consenso e não na coerção. Sobre o exercício da hegemonia, Gramsci faz a seguinte afirmação:

O exercício “normal” da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expressos pelos

chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações [...] (GRAMSCI, 1989, p. 116).

Conforme o excerto acima, a hegemonia integra toda a vida das pessoas, envolvendo instituições como associações, igreja, escola, família, movimentos sociais etc. Assim, buscando legitimar-se combinando consenso e coerção, a ideologia da classe dominante se impõe de forma hegemônica para as outras classes sociais, tendo o Estado como principal instrumento.

No pensamento gramsciano, segundo Silva (2010), a ideologia, como um conjunto de ideias que explica e projeta uma realidade, não é única ou universal numa sociedade. No entanto, a ideologia da classe dominante se torna hegemônica, pois foi capaz de fazer indivíduos das classes dominadas internalizarem para si ideias que surgiram e pertencem a outra classe.

O Estado, ainda na perspectiva de Gramsci (2007), tem papel importante na manutenção da hegemonia. Marcado pela relação entre sociedade política – governo – e a sociedade civil – qualquer outro tipo de organização entre os homens que não tenha relação com governo jurídico –, o Estado, em seu sentido ampliado, pode ser instrumento de legitimação da hegemonia ou de contestação dessa mesma ordem. Nesse sentido, podemos afirmar que essa relação também é marcada por conflitos e tensões, nos quais ocorre a disputa pelo poder hegemônico em uma determinada sociedade, disputa essa que parte dos aparelhos privados de hegemonia.

Dentre os grupos que formam os aparelhos privados de hegemonia questionadores do poder hegemônico na atual realidade brasileira, estão muitos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Isso ocorre porque, segundo Gohn (2013), analisando os movimentos sociais na atualidade:

(...) eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradores de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2013, p.13-14).

Dessa maneira, os movimentos sociais que questionam a ordem estabelecida possuem em seu bojo uma concepção de sociedade diferente daquela que hegemonicamente é concebida. Afinal, “eles expressam energias de resistência ao velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo” (GOHN, 2013, p.14).

Ribeiro (2010), analisando o movimento camponês no Brasil, nos permite compreender o caráter contra-hegemônico dessas organizações. Segundo a autora, a luta de classe está no centro dos movimentos sociais populares, sendo portadores de um novo projeto de sociedade e de educação, que vai de encontro ao modelo social e econômico proposto pelo poder hegemônico e defendido pelo governo.

Segundo Coutinho (2006), analisando a gênese, crise e alternativas do Estado Brasileiro, com o fim da ditadura militar na década de 1980 – contexto de surgimento do MST –, o Brasil tornou-se uma sociedade que Gramsci definiu como *ocidental*, em que existe uma justa relação entre Estado e sociedade civil. Assim, coexistem um Estado forte e uma sociedade civil organizada, que equilibra e controla a ação desse Estado. Dentro das sociedades ocidentais, segundo o mesmo autor pautado em Gramsci, existem dois modelos:

No caso do modelo ‘norte-americano’, constata-se que são poucos os trabalhadores que se sindicalizam; [...] Trata-se, portanto, de um padrão sindical por vezes eficiente, mas estreitamente corporativo. [...]. Esse modelo ‘norte-americano’ é, sem dúvida, o mais adequado a conservação do capitalismo. [...] No caso do ‘modelo europeu’ [...], as bases sociais de apoio desses partidos eram diferentes, daí que eles representam interesses sociais conflitantes [...] No ‘modelo europeu’ havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas (COUTINHO, 2006, p.189-190).

Dessa forma, dentro do modelo europeu, faz-se importante perceber os movimentos sociais do campo como grupos da sociedade civil que disputam junto à sociedade política a

construção de um projeto hegemônico alternativo¹. Com isso, é possível afirmar que existem no Brasil grupos que se propõem a fazer a ‘grande política’. Para Gramsci (2007, p. 21), “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, constituindo objetivos a serem alcançados pelos movimentos sociais do campo.

Assim, esses sujeitos coletivos fazem oposição à forma como o capitalismo tem gerido o campo. Mais especificamente, se contrapõem às grandes empresas rurais, que, através do agronegócio² têm encontrado no campo um meio de ampliação dos lucros e de expansão das forças do capital, em que o camponês é visto como mão de obra à serviço desse propósito e seus modos de vida são negligenciados (RIBEIRO, 2010, p. 197). Desse modo, o campo e o camponês são meros instrumentos de implementação desse projeto para o campo no Brasil.

Nesse sentido, a sociedade política torna-se cenário dessa disputa, em que grupos antagônicos da sociedade civil – empresas rurais e movimentos sociais do campo – buscam concretizar suas propostas, interferindo nas decisões do governo, condicionando o perfil das políticas públicas criadas para o campo, sua implementação e grau de eficácia das mesmas. Então, o governo, que na atualidade tem expandido as ações de cunho neoliberal, passa a ser questionado e pressionado no sentido de rever a forma como tem governado o país.

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como todos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e abriu assim caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2006, p. 193).

Esse novo contexto apontado por Coutinho revela como a expansão do neoliberalismo dentro da sociedade política torna importante a permanência, a expansão e a resistência de grupos da sociedade civil capazes de questionar a ordem estabelecida pelo capital. Nesse sentido, os movimentos sociais do campo e sua concepção de educação assumem papéis contestatórios fundamentais.

3 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUINDO UM NOVO PROJETO DE SOCIEDADE

Segundo Ribeiro (2010), os movimentos sociais populares, em particular os do campo, ganharam força a partir da década de 1950 no Brasil. Porém, é a partir de fins da década de 1970 que esses movimentos sociais ganham mais ímpeto, especialmente com o surgimento do MST na década de 1980. Para a autora, esses movimentos sociais se configuram enquanto sujeitos políticos coletivos, portadores de um novo projeto de sociedade e de educação, estando imersos o contexto de desafios colocados pelo capitalismo, que concebe o campo como meio de reprodução e ampliação do capital. No que se refere às problemáticas do campo, os movimentos sociais populares vão questionar

(...) a presença do agronegócio instalado no campo, induzindo o Estado a propor política públicas que defendem a fixação do homem do campo, segundo a perspectiva de atendimento ao padrão atual do capital, negando o campo como espaço de vida e reprodução como propõe a Educação do Campo (MARIALVA, 2011, p.31).

Assim, os movimentos sociais do campo visam superar a condição de subalternidade imposta pelo capital, buscando nas políticas públicas o meio de se fortalecerem na busca desse objetivo. Para Simionatto (2009, p. 42), o conceito de subalternidade tem sido usado “na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida

de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna”, buscando também “recuperar os processos de dominação presentes na sociedade”.

Esses processos de dominação envolvem resistência por grupos da sociedade civil, principalmente porque o Estado, enquanto sociedade política gramsciana, é “um todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais as classes dirigentes não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos seus governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331). Dentro do contexto do campo brasileiro, o governo tem se posicionado a favor da expansão do agronegócio, negando os modos de vida dos homens e mulheres do campo.

Dessa maneira, o desenvolvimento do agronegócio limita ou anula o desenvolvimento da agricultura familiar, e o campo deixa de ser o meio do camponês se realizar enquanto homem do campo e passa a ser instrumento de reprodução do capital. Fernandes (2006), definindo espaço e território como categorias essenciais para a pesquisa em educação do campo, evidencia a diferença da concepção do campo na perspectiva do capitalismo e do modo de vida camponês:

(...) enquanto o agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias, dando ênfase a esta dimensão territorial, o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais (FERNANDES, 2006, p. 29).

Essas outras dimensões territoriais apontadas por Fernandes, como educação, cultura, produção, trabalho, organização política, relações sociais; etc., essenciais para o desenvolvimento dos modos de vida camponês, estão intrinsicamente ligadas à concepção de educação do campo. Logo, pode-se afirmar que o conceito de campo é indissociável de uma perspectiva multidimensional, na qual a economia, única dimensão territorial valorizada pelo agronegócio, não forma a totalidade desse conceito. Portanto, essas diferentes perspectivas tornam-se um

dos principais pontos de tensão entre os movimentos sociais do campo, as empresas rurais e o governo.

Assim, na busca pela reforma agrária, dentro da perspectiva dos movimentos sociais do campo, onde a terra é vista como meio de realização do homem enquanto trabalhador do campo, esses grupos criam estratégias para o fortalecimento de sua luta. Uma dessas estratégias é a construção de uma concepção própria de educação, buscando nas políticas públicas o meio de efetivar concretamente essa proposta, disputando junto a sociedade política a implementação da mesma.

Ribeiro (2010, p. 39), diferenciando *educação rural* de *educação do campo*, enfatiza que a primeira foi “historicamente oferecida aos filhos dos agricultores” aparecendo “como apêndice da legislação educacional pelo menos até os anos 1990”. O segundo conceito, construído pelos movimentos sociais, traz de forma inseparável um projeto histórico de sociedade e educação forjado na luta pela terra. A autora afirma que a própria dinâmica desses movimentos educa e forma uma concepção de educação do campo de caráter popular:

A dimensão educativa, formadora das classes populares, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares. (...) Portanto, o movimento social popular é educador, enquanto capaz de forjar uma identidade de classe (RIBEIRO, 2010, p. 46).

Corroborando com essa análise e trabalhando com um conceito ampliado de educação, Gohn (2005) afirma que o próprio processo de organização política dos movimentos sociais educa, já que os indivíduos envolvidos, percebendo seus direitos negados, criam estratégias para atender as demandas criadas a partir de um contexto específico. A concepção de educação do campo é uma dessas estratégias, sendo criada no âmbito de resistências desses sujeitos coletivos.

Antônio Munarim (2008), discutindo educação do campo como um processo ainda em construção – observando-o como um movimento sócio-político e de renovação pedagógica –,

afirma que os movimentos sociais do campo buscam acabar com a visão urbanocêntrica, a partir da qual o rural é colocado como atraso e os modos de vida camponês são desqualificados. Dessa maneira, negam a *educação rural*, pois “historicamente e em consonância com a ideologia dominante, a educação oficial rural, quando não relegada, tem sido usada como instrumento de subordinação estrutural dos povos que vivem no campo” (MUNARIM, 2008, p. 01).

Para uma melhor compreensão das ideias que permeiam o conceito de educação do campo, Caldart (2004), discutindo os elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo, cita as principais características que compõem a identidade dessa nova abordagem. Entre elas destacam-se: projeto de educação *dos* e não *para* os camponeses, feitas através de políticas públicas, mas com os sujeitos que a reivindicam; movimentos sociais como sujeitos da educação do campo, onde esses grupos assumem o protagonismo em todo o processo; vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, valorizando o trabalho e a cultura como princípios educativos.

Dessa maneira, a concepção de educação do campo coloca-se como alternativa contra-hegemônica, questionando a expansão do liberalismo no campo. Nessa perspectiva, o que vem sendo discutido até aqui corrobora com o contexto traçado por Coutinho (2006) para o Estado brasileiro na atualidade. Segundo o autor,

Infelizmente, em face do transformismo que converteu o PT e seu governo em eficazes agentes do neoliberalismo, a esquerda se enfraqueceu na correlação de forças que vigora no Brasil depois da transição, uma correlação que ainda permitiu, em 1988, a conquista de uma Constituição na qual estavam inscritos importantes direitos sociais, e que impediu, nos anos seguintes, a consolidação definitiva do novo modelo neoliberal de Estado. Isso não significa que tenham desaparecido do cenário político partidos e movimentos de esquerda,

ligados às classes subalternas, que se opõem ao neoliberalismo. (COUTINHO, 2006, p. 194).

Com isso, apesar do avanço dos ideais liberais no Estado brasileiro, ainda existem grupos da sociedade civil que se contrapõem ao hegemonicamente proposto. Esses grupos das classes subalternas buscam estratégias de se inserir na sociedade política, suscitando políticas públicas com o intuito de democratizá-lo. Nesse contexto, a educação do campo desponta como instrumento de fortalecimento na luta pela reforma agrária popular e da transformação do Estado e da sociedade como um todo.

Nesse sentido, o conceito de educação do campo visa fortalecer e explicitar o modelo de desenvolvimento do campo defendido pelo campesinato. Esse modelo, conhecido como *paradigma da questão agrária*, evidencia as propostas para o campo pelos movimentos sociais, no qual o camponês supera a condição de subalternidade, não aceitando o modelo hegemônico do agronegócio, partindo da compreensão de que “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas diferenciam, destroem e recriam o campesinato” (FERNANDES, 2012, p.17). Logo, se contrapõe ao *paradigma do capitalismo agrário*, que explica as desigualdades do campo como um problema conjuntural, sendo superadas pela integração do camponês ao agronegócio, ratificando a condição de subalternidade.

Assim, a concepção de educação do campo trazida pelos movimentos sociais, correlato ao paradigma da questão agrária, se relaciona com um novo modelo societário, questionando não só o de desenvolvimento do campo na perspectiva do agronegócio, mas também as propostas de educação dos governos brasileiros nas décadas de 1990 e 2000, especialmente os governos FHC e Lula³.

Frigotto (2011), fazendo um balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI, evidencia a concepção mercantil da educação proposta pelos governos que vai da educação básica à pós-graduação, relacionando-se a um projeto de sociedade em moldes liberais e consolidando a histórica dualidade estrutural na educação brasileira:

No plano das políticas educacionais, da educação básica à pós-graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais vigentes na década de 1990 definem predominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e penetrando, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização (FRIGOTTO, 2011, p. 242).

Assim, diante do que foi exposto, surgiu e vem se construindo a concepção de *educação do campo* criada pelos movimentos sociais, trazendo em seus princípios uma dimensão educativa na qual a luta de classes está intrinsicamente presente, já que foi construída no próprio cotidiano de luta e organização desses movimentos. Desse modo, as classes oprimidas acabam criando alternativas de sociedade e de educação as quais pressupõem um processo de emancipação social, ligadas diretamente a questão agrária e, em última instância, a uma transformação radical do Estado.

4 – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O CONCEITO DE PARTIDO POLÍTICO GRAMSCIANO: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Como foi anteriormente apresentado, os movimentos sociais do campo e sua proposta de educação negam o que hegemonicamente é proposto para o campo, criando embates junto a sociedade política. No entanto, a expansão do neoliberalismo no Brasil após 2003, sinalizada por Coutinho (2006), não pode ser analisada como uma estrutura harmonicamente construída, mas num contexto em que projetos de sociedade são apresentados e disputas são travadas no intuito de concretizá-los.

Dessa maneira, os movimentos sociais do campo, construindo a concepção de educação do campo na luta pela terra, se constituem enquanto grupos da sociedade civil que buscam construir um projeto contra-hegemônico para a sociedade bra-

sileira atual, com forte resistência à forma como o governo hegemonicamente tem conduzido as políticas para o campo. Para Gramsci (1989), essa construção

(...) não pode ser feita por uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Esse organismo já é determinado pelo reconhecimento histórico, é o *partido político*: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1989, p. 06).

Assim, pode-se fazer uma relação entre os movimentos sociais do campo, que buscam implementar um projeto de desenvolvimento para o campo que se contrapõe ao hegemonicamente imposto, com o que Gramsci denominou de *partido político* das massas. Nesse sentido, esses sujeitos coletivos, oriundos da sociedade civil, disputam um novo projeto para o campo e para a sociedade em geral, discutindo e propondo ações com o intuito de implementar suas propostas, de tornar suas visões de mundo hegemônicas. Entre essas ações estão a construção da concepção de educação do campo e as estratégias de impor a implementação dessa nova abordagem por meio de políticas públicas.

Para Gramsci (1989, p. 26), para que um partido político exista, é necessária a presença de três elementos principais: um elemento difuso, outro de coesão principal e um elemento médio. O primeiro seria a presença de homens comuns, “cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade”. O segundo tornaria eficiente e poderoso um conjunto de forças, sendo “dotado de uma força altamente coercitiva, centralizadora e disciplinadora”. O último seria responsável pela articulação do “primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só físico, mas moral e intelectual”.

Logo, a partir das características apresentadas acima, se firma a provável relação entre a noção de partido político apre-

sentado por Gramsci e a natureza dos movimentos sociais do campo no Brasil atualmente, no sentido de que os movimentos sociais do campo, como o MST, aglutinam forças capazes de motivar uma transformação da sociedade como um todo, como bem sinalizou Ribeiro (2010), negando a lógica do capital. Assim, suas propostas para o desenvolvimento do campo e de educação, não se limitam apenas à zona rural ou à escola, mas à transformação de toda a sociedade. Para tal, aglutina pessoas e sujeitos coletivos que se articulam nesse intuito (elemento difuso), difunde valores morais e culturais diferentes do hegemonicamente proposto pela sociedade capitalista (elemento médio) e possuem estratégias de lutas específicas, no sentido de alcançar suas demandas (coesão principal). Afinal,

É por isso que uma *reforma intelectual e moral* não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2007, p. 19).

Além disso, vale ressaltar que, na busca por novo projeto de sociedade, os movimentos sociais do campo formam parcerias, reforçando a relação com a concepção de partido político gramsciano. Nesse sentido, destacamos o MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) (FERNANDES, 2012, p. 18).

Nesse contexto é que grupos da sociedade civil questionam a expansão e hegemonia das forças capitalistas, apresentando propostas alternativas não só para o desenvolvimento do agro-negócio, mas para o Estado e toda a sociedade. É nessa disputa que se forma a concepção contra-hegemônica de sociedade por parte dos movimentos sociais do campo, fortalecida pela educação do campo, se contrapondo a atual hegemonia do capital.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa perspectiva gramsciana, a sociedade é marcada por relações conflituosas entre diferentes grupos da sociedade civil, que disputam junto à sociedade política diferentes projetos de sociedade. No que se refere ao desenvolvimento do campo no Brasil, o governo tem se colocado em defesa do agronegócio, em detrimento dos modos de vida do campesinato. Nesse embate, este trabalho buscou analisar os conflitos entre o Estado e os movimentos sociais do campo, apontando a concepção de educação do campo como reação às forças do capital.

O campo, segundo o paradigma do capitalismo agrário, é visto como um meio de reprodução do capital, encontrando resistência no paradigma da questão agrária, onde o campo é local de realização do homem camponês. Assim, forma-se uma relação conflituosa entre os movimentos sociais do campo e o Estado, pois, segundo Fernandes (2012, p. 13):

As políticas públicas elaboradas foram direcionadas pelo paradigma do capitalismo agrário, subordinando e enfraquecendo o campesinato. No enfrentamento a este modelo, os movimentos camponeses (principalmente o MST) construíram uma política de conflitualidade, não aceitando a condição de subalternos, persistindo para se manter um movimento camponês.

Na disputa por diferentes projetos de sociedade, os movimentos sociais do campo criam a concepção de educação do campo, como instrumento de fortalecimento de luta pela terra, buscando nas políticas públicas um dos meios de efetivarem suas propostas. Para tal, formam resistência à maneira como o Estado tem encaminhado hegemonicamente as questões para o campo no Brasil, gerando um contexto de forte embate, além de se colocarem como “capazes de conduzir o país no sentido do aprofundamento das relações substancialmente democráticas” (COUTINHO, 2006, p. 190).

Nessa perspectiva, buscou-se relacionar os movimentos sociais do campo como o conceito de partido político em Gramsci,

apontando alguns elementos que constituem um partido. Assim, esses sujeitos coletivos podem se configurar em partido político das massas, pois se organizam e propõem modelo contra-hegemonico de sociedade, negando a lógica do capital, questionando o governo e tensionando o Estado, afinal “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos” (GRAMSCI, 1989, p.24).

STATE AND SOCIAL MOVEMENTS FIELD: EDUCATION OF THE FIELD AS REACTION TO CAPITAL

ABSTRACT — *The current Brazilian society is marked by conflicts and tensions, in which the subject interests antagonistic collective dispute with the Government the development and implementation of different projects of society. Thus, in a Gramscian perspective, this work analyzes the conflicted relationship between the State and social movements of the field in Brazil, pointing to the proposal of the education field as a reaction to the forces of the capital. From bibliographical analysis, it was noticed as the Government has placed in defense of agribusiness expansion in Brazil and the social movements of the field create the conception of field education as an instrument for strengthening the struggle for agrarian reform, questioning capital expansion in the field, seeking to implement its proposals through public policies.*

KEY WORDS: *State, social movements of the field, field education.*

6 - REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

CALDART, R. S. **Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In. MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia. (Orgs.). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise e al-

ternativas. In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. Em: MOLINA, M. C. (Org). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p.27-29.

_____, Reforma agrária e educação do campo no Governo Lula. In: **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

FONTES, V. Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Neves, L. M. W; Lima, J. F. (Orgs.). **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Brasileira de Educação**. Abr 2011, vol.16, no.46, p.235-254.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas**. IN: GOHN, M. G. (org). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-32.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____, **Cadernos do cárcere**, volume 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARIALVA, M. E. A. **PRONERA: política pública na educação de assentados(as) na Reforma Agrária**. 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, SP.

MUNARIM, A. **Movimento Nacional de Educação do campo: uma trajetória em construção**. 31 Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 05/05/2015.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original:

PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América. Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. Cap. 1, p. 8-29).

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, C. A. **O PRONERA e as políticas públicas de Educação no Campo – uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro**. IN: SANTOS, C. A. MOLINA, M. C. JESUS, S. M. S. A. (orgs). Memórias e histórias do PRONERA: contribuições para a educação no campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 313-334.

SILVA, D. R. **Intelectuais, cultura e escola única no pensamento político-pedagógico de Antonio Gramsci**. 2010. Dissertação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

SILVA, F. S. **Educadores do campo: um estudo sobre a formação política e pedagógica do curso Pedagogia da Terra**. 2014. Tese – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 41-49, jan.jun.,2009. Disponível em:< www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 03 mar. 2015.

(Endnotes)

1 Essa afirmação não busca negar ou negligenciar as contradições que permeiam as ações dos próprios movimentos sociais do campo. No entanto, a presença de contradições não anula o caráter de resistência desses sujeitos coletivos apontado por Ribeiro (2010), Fernandes (2012), dentre outros. Para melhor compreensão de como se configuram algumas dessas contradições ver Silva (2014).

2 Segundo Fernandes (2012), o agronegócio é um complexo de sistemas, criado a partir das demandas do capitalismo, tendo como base a agropecuária.

3 Governos FHC: 1995-1998 e 1999-2002. Governos Lula: 2003-2006 e 2007-2010.